

A FRANÇA FECHA PARA BALANÇO

Pedro de Souza

Béatrice é professora secundária reformada. Aos 80 anos, católica praticante, gaullista de direita, votou «Sim» no referendo sobre a Constituição Europeia. A sua filha Valérie, 55 anos, é também professora, mas universitária, com ampla experiência internacional. Valérie não revela a sua preferência partidária, mas é a primeira vez que vota «Não» por ocasião de um referendo europeu.

Para justificar o seu voto no último referendo Béatrice invoca a sua memória da II Guerra Mundial, a ocupação alemã. Os eleitores da sua geração votaram maioritariamente pelo «Sim». Para Valérie, o seu voto não traduz forçosamente um rejeição da Europa, mas ela discorda da forma como a União Europeia tem sido construída, e para ela qualquer outra transferência de soberania é mais um cheque em branco nas mãos da burocracia em Bruxelas. Diante dessa perspectiva prefere correr o risco de uma suspensão da construção europeia e preservar o que lhe parece essencial: a soberania nacional. Justine, a filha de Valérie, e neta de Béatrice, tem 31 anos e é jornalista desempregada. Votou «Não» e exige uma Europa

social, voltada para as necessidades reais da população.

O «Não» francês à Constituição estourou como uma bomba na Europa e determinou o fim antecipado do «reinado» de Jacques Chirac. Foi uma grave surpresa: afinal a Constituição, redigida sob a orientação do ex-Presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing, tinha sido apoiada pelo Presidente da República e todos os partidos representados na Assembleia Nacional, à excepção do Partido Comunista Francês, tinham apelado ao «Sim».

Na realidade, Béatrice votou «Sim» por razões de lealdade partidária e, sobretudo, por fidelidade ao Presidente Chirac. Em 1992, quando do referendo de Maastricht, o Presidente era o socialista François Mitterrand e Béatrice votou «Não», como 69 por cento dos eleitores da direita. Desta vez a direita, com a excepção da extrema-direita «soberanista», disse disciplinadamente «Sim» à Constituição europeia. Mas os votos dessa direita, adicionados aos da esquerda reformista da actual direcção do Partido Socialista, e aos dos Verdes, não foram suficientes para garantir o apoio à Constituição. Nem o apelo a votar «Sim»

por parte da maioria esmagadora dos órgãos de comunicação social conseguiu conter a onda do «Não», que se propagou pela França com a rapidez de um incêndio estival.

Todos os grandes jornais e revistas (*Le Monde*, *Le Figaro*, *Libération*, *Nouvel Observateur*, *L'Express*...) apoiaram ostensivamente a Constituição. Entre as estações de rádio e televisão o apelo ao «Sim» foi ainda mais maciço, a ponto de merecer uma chamada à ordem por parte da autoridade de tutela. Enquanto isso a campanha pelo «Não» imperava na Internet. Vários sites foram criados especificamente para esse fim, como o *etienne-chouard.free.fr*, que recebeu mais de 700 mil visitas, e proliferaram as mensagens por e-mail de apelo ao «Não». Os votos de uma maioria de jovens, da maioria dos eleitores dos partidos de esquerda, somados aos da extrema-direita e aos de uma classe média cada vez mais inquieta, derrotaram o Presidente, o governo Raffarin e a oposição parlamentar, agravando a crise da democracia representativa em França.

A CLASSE MÉDIA, INQUIETA COM O DESEMPREGO, EXIGE PROTECÇÃO

A extrema-direita não precisou sequer de fazer campanha, apesar das gesticulações de um Phillipe de Villiers, que procura a todo o custo captar o eleitorado da Frente Nacional e do seu envelhecido líder, Jean-Marie Le Pen. Continuará sempre anti-europeia e ferozmente nacionalista. Quanto ao voto de esquerda, dois factores determinaram a sua cristalização no «Não». O primeiro foi a defecção de um ex-primeiro-ministro de Mitterrand,

o socialista Laurent Fabius, que desrespeitou a disciplina partidária (o Partido Socialista determinara-se pelo «Sim» à Constituição numa votação interna). Fabius sentiu o vento mudar e auto-eleveu-se arauto do «Não», tentando posicionar-se desde já como candidato das esquerdas às eleições presidenciais de 2007.

A segunda foi a agora famosa directiva Bolkestein, cujos efeitos devastadores foram até identificados nas curvas das sondagens de intenção de voto: sempre que a liberalização dos serviços voltava à pauta, o «Não» avançava nas sondagens. A ideia de um mercado europeu de serviços criou o fantasma da invasão da França por trabalhadores estrangeiros pagos com salários de miséria, sem protecção social, personificados na figura do «canalizador polaco», que acabava sendo evocado em qualquer debate, a ponto do site do turismo da Polónia (<http://www.tourisme.pologne.net>) o ter transformado no seu anfitrião e *sex-symbol*, convidando os franceses a visitar o seu país.

Porém, a grande novidade desta consulta eleitoral foi a rejeição da ideia europeia por uma parte da classe média. Aquando do referendo de Maastricht, constatou-se uma dicotomia nítida entre o voto dos franceses mais qualificados, que votaram claramente «Sim», e o voto popular, que engrossou as colunas do «Não». Esse fosso deu origem às teorias da fractura social, muito em voga na França nos anos 90. A evolução da sociedade e da economia francesas na última década, nomeadamente a democratização do acesso ao ensino superior e o aumento de mais de

zo por cento das hostes das profissões intermediárias (em detrimento do operariado), deveria ter deslocado o pêndulo para o «Sim». Foi o contrário que aconteceu. Uma parte significativa da classe média optou pelo «Não». O mesmo aconteceu com os funcionários públicos, que tinham apoiado maciçamente a viragem de Maastricht, apesar do seu cunho nitidamente mais liberal que o da Constituição agora submetida a voto.

Cada segmento da classe média se determinou pela negativa por razões diversas, mas o movimento é amplo de mais para que não haja um fundo comum. E esse fundo pode encontrar-se muito provavelmente na precarização do emprego, no receio de perder o posto de trabalho e nas dificuldades muito reais criadas pelo desemprego. Quebrou-se a confiança no progresso, no «elevador social» que fez de Béatrice uma professora secundária e da sua filha Valérie uma professora universitária.

Na França, até há alguns anos, a opção pelo emprego numa empresa privada era considerada uma segunda escolha, um expediente para os que não eram dignos da «via real» que conduzia ao serviço do Estado. Numa sociedade dominada pelo Estado a promoção social passa prioritariamente pela educação. Ora, no decurso desta crise económica que dura há mais de dez anos, e que se traduz por um desemprego sempre crescente (mais de 10 por cento da população activa) e uma incapacidade de criar novos postos de trabalho, os franceses concluíram que a educação já não é sinónimo de promoção social garantida. O emagrecimento do Estado, através

das privatizações e da supressão das suas actividades de produção e de serviços, atinge no âmago o modelo político e social francês e a expectativa de ascensão social de largas camadas da população. No mundo do liberalismo, a precariedade do trabalho atinge qualquer um, qualquer que seja o seu nível de instrução. A Europa que sempre foi «vendida» como um prolongamento do modelo social francês, surgiu agora como o cavalo de Tróia do liberalismo.

Enquanto o desemprego atingia prioritariamente o operariado, o desempregado era olhado com certa condescendência. Para muitos franceses, mesmo de esquerda, tratava-se de uma questão social, de formação, ou até, em última instância, de empenho em procurar trabalho por parte do desempregado – em suma, de uma questão «moral». Hoje a classe média sente o drama na carne e tende a adoptar um comportamento de consumidor político: determina-se em função das suas necessidades do momento, adere ao que lhe parece responder mais diretamente às suas angústias. E não faltam candidatos dispostos a seduzi-la, entre os quais sobressai Nicolas Sarkozy.

SARKOZY: PRESIDENTE, CUSTE O QUE CUSTAR

Encerrado o capítulo referendo, a vida política francesa entrou numa espécie de limbo que se vai arrastar até às eleições presidenciais de 2007, visto que Jacques Chirac tinha avisado que não se demitiria mesmo no caso de derrota no referendo, ao contrário do que ocorreu em 1969 com o general De Gaulle. Chirac é hoje um

presidente esgotado, impopular, e agora maculado pela derrota da candidatura francesa à organização dos Jogos Olímpicos de 2012, que os franceses atribuem em parte aos seus comentários arrogantes sobre a culinária finlandesa e inglesa nas vésperas do voto do Comité Olímpico. Os planos de Chirac de se fazer reeleger para mais um mandato presidencial de cinco anos esfumaram-se e as ameaças de uma condenação judicial por corrupção na sua gestão à frente da *Mairie* de Paris, quando deixar de estar ao abrigo do Palácio do Eliseu, tornam-se mais reais a cada dia que passa.

O Partido Socialista Francês, dividido, nas mãos de um primeiro-secretário sem carisma, viu a sua estratégia reformista severamente posta em causa pelo seu eleitorado. O discurso de esquerda foi capturado pelos partidos à esquerda do PSF, sobretudo pelos «alter-mundialistas» da associação ATTAC, extremamente activos durante toda a campanha, mas que tardam em apresentar uma alternativa viável e, mais ainda, um candidato elegível. Quanto a Fabius, a sua receita é tão sinuosa que há que observá-la mais detidamente para verificar se ele conseguirá conciliar a água liberal com o azeite «alter-mundialista». Mas nada é impossível desde que Mitterrand, o seu grande mestre, conseguiu unir toda a esquerda para realizar uma política com forte perfume conservador.

O homem que hoje inflama a vida política francesa é incontestavelmente Nicolas Sarkozy, que escolheu voltar ao governo no cargo de ministro do Interior, conservando no entanto a presidência do partido do governo, a UMP. Ele sabe que o posto de ministro do Interior é um excelente púl-

pito para denunciar todos os males da sociedade francesa e dar mostras da sua actividade frenética à frente da força pública. Como ministro do Interior, Sarkozy vai ocupar a primeira página dos jornais com as suas declarações bombásticas em defesa das vítimas de crimes e dos trabalhadores franceses ameaçados pelos delinquentes de origem estrangeira das periferias, que ele tenciona «limpar com Karcher».

Ao entrar no governo, Sarkozy tenta também proteger-se contra os golpes baixos da política. A guerra entre a direita de Sarkozy, que namorou em tempos a filha de Chirac, e os derradeiros apoiantes de Chirac é tal que até as desventuras sentimentais de Sarkozy foram expostas em Junho nas revistas de escândalos e nos jornais, quando, estranhamente, a sua mulher decidiu abandoná-lo – numa altura em que as possibilidades do marido chegar ao Eliseu são mais fortes do que nunca. Desde há alguns meses paira também sobre a cabeça de Sarkozy uma ameaça ainda imprecisa relacionada com o escândalo das comissões ocultas na venda de umas fragatas francesas a Taiwan.

Para o primeiro-ministro Villepin, a presença de Sarkozy no governo representa talvez a garantia de um mínimo de solidariedade da sua parte, mas a coabitação não será fácil. Dominique de Villepin tenta insuflar algum conteúdo à acção do novo governo, sobretudo na luta contra o desemprego, sem que se divisem grandes perspectivas de sucesso. A sua linha política, a que se tem chamado «neo-republicanismo», aposta na reforma do «modelo francês» e na preservação de grandes prin-

cípios como o da integração na sociedade francesa dos jovens nascidos da imigração. Gozando de certo capital de simpatia entre os franceses devido às suas tiradas grandiloquentes por ocasião dos debates na ONU aquando da invasão do Iraque pelos EUA e aliados, Villepin é na realidade um primeiro-ministro de rescaldo, um político de pena e espada, que nunca disputou sequer uma eleição.

Sarkozy, pela sua parte, proclama a crítica do modelo francês, em nome do liberalismo e do multiculturalismo à inglesa. E como sabe que esse programa não é do agrado do eleitorado popular de direita, mais conservador que liberal, apresenta paralelamente um discurso populista securitário destinado a seduzir as massas, até às margens da Frente Nacional. Para Sarkozy, se a França não se empenhar a levar a efeito as reformas necessárias, sobretudo a redefinição das leis laborais, a Europa e a economia mundial vão obrigá-la a fazê-lo, porventura de forma mais dolorosa. Apesar do apoio da corrente mais radical e empreendedora da direita francesa, trata-se de uma opção arriscada. Os franceses nunca se determinam pelo que o «estrangeiro» lhes pretende impor, como se acaba de verificar por ocasião do referendo à Constituição Europeia.

Até à eleição presidencial de Maio de 2007 muito pode acontecer. Sarkozy tem a seu favor a sua imagem de voluntarismo, diante de uma classe política considerada

unanimemente derrotista. Os franceses estão cansados dos políticos que assinam acordos em Bruxelas e no dia seguinte, de volta a Paris, ao invés de assumi-los, tentam vendê-los à população como «imposições da burocracia europeia». Mas o voluntarismo não basta.

É necessário que venha acompanhado de um projecto no qual Béatrice, Valérie e Justine se reconheçam, onde os frutos do trabalho sejam repartidos de forma justa, e não se concentrem de forma crescente nas mãos de uma casta financeira transnacional, sem responsabilidades nem limites. De contrário será o caminho aberto para um populismo agressivo, numa sociedade dividida por interesses e aspirações contraditórias e num país em que a rua, sob a sombra tutelar da «grande Revolução Francesa», tenta sempre impor a sua lei.

A resposta negativa ao referendo isolou a França na União Europeia, situação que se agravará ainda com a anunciada vitória dos democratas-cristãos nas próximas eleições alemãs. Caso as vençam, tenderão a adotar pelo menos algumas teses do inimigo «cordial» do Governo francês, Tony Blair. Tony Blair a quem tudo sorria até à explosão das bombas nos transportes públicos londrinos, como se da irrupção de um inconsciente político recalcado se tratasse. A França continua no centro da Europa – resta saber se é só a França, ou também a Europa, que não sabe para onde vai. **RI**

9 DE JULHO DE 2005